

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras do BANCO AFINZ S.A. - BANCO MÚLTIPLO, levantadas em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras. Em 16 de março de 2021 recebemos a autorização do Banco Central do Brasil para iniciar nossas operações como Banco Múltiplo com carteira Comercial, de Crédito, Financiamento e Investimento. Estamos orgulhosos

Balança Patrimonial				
	Notas	12/2022	12/2021	
ATIVO		635.219	696.956	
Circulante		4	1.223	995
Disponibilidades		4	1.223	995
Instrumentos Financeiros		527.094	561.092	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	75.241	103.057	
Títulos e valores mobiliários	5	32.322	46.981	
Relações Interfinanceiras		8.824	52.785	
Operações de Crédito	6.1	410.107	358.268	
Provisões para Perdas		(169.457)	(102.552)	
Associadas ao Risco de Crédito		(169.457)	(102.552)	
(Provisão para operações crédito de liquidação duvidosa)	6.1 a - 7	(169.457)	(102.552)	
Outros Ativos	8	263.405	235.233	
Outros valores e bens	9	12.954	2.188	
Não Circulante		311.123	218.158	
Instrumentos Financeiros		175.819	122.892	
Títulos e valores mobiliários	5	155.865	108.656	
Operações de Crédito	6.1	19.954	14.236	
Provisões para Perdas		(2.235)	(1.177)	
Associadas ao Risco de Crédito		(2.235)	(1.177)	
(Provisão para operações crédito de liquidação duvidosa)	6.1 a	(2.235)	(1.177)	
Créditos Tributários	22.6	124.742	78.597	
Outros Ativos	8	9.966	9.944	
Outros valores e bens	9	2.831	7.902	
Permanente	23.673	1.894		
Imobilizado	10	2.916	2.976	
Intangível	11	23.888	1.867	
Depreciações, Amortizações e Redução ao Valor Recuperável	10 - 11	(3.131)	(2.949)	
Total do ativo		970.015	917.008	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

e comprometidos com esse propósito e nossas responsabilidades assumidas. Entendemos que nosso mercado cada vez mais tem-se tornado digital e focado na experiência do cliente com interações multipataforma, desde então, a AFINZ tem trabalhado no desenvolvimento do seu plano estratégico de longo prazo, na criação de seus produtos bancários e em sua nova plataforma tecnológica, a fim de melhorarmos, ainda mais, a experiência de nossos clientes, parceiros e nos permitir avançar

PASSIVO				
	Notas	12/2022	12/2021	
Circulante		37.679	41.929	
Depósitos	12	19.874	22.523	
Depósitos a vista	12.a	1.077	-	
Depósitos a prazo	12.b	18.797	19.156	
Outros Depósitos	12.f	-	3.466	
Recursos de depósitos e emissão de títulos		12.b	-	644
Recursos de depósitos bancários		-	644	
Recursos de depósitos bancários		-	644	
Relações interfinanceiras		13	308	
Transações de Pagamento	13	308	-	
Outras obrigações	14	17.497	18.753	
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		337	591	
Fiscais e previdenciárias	14.a	2.359	2.177	
Provisão para Contingências	14.b	3.409	3.276	
Diversas	14.c	11.392	12.709	
Não Circulante		838.765	796.032	
Depósitos	12.b	799.107	682.792	
Depósitos a prazo		799.107	682.792	
Recursos de depósitos e emissão de títulos		12.b	34.346	108.639
Recursos de depósitos bancários		34.346	108.639	
Letras Financeiras Subordinadas		5.312	4.601	
LF Pós Subordinada	12.e	5.312	4.601	
Patrimônio líquido	15	93.571	79.047	
Capital		187.514	118.513	
De domiciliados no País		187.514	118.513	
Reservas	4.181	16.415		
Reserva legal		4.181	4.181	
Reservas de lucros		12.234	-	
Prejuízos Acumulados		(98.124)	(55.881)	
Total do passivo e patrimônio líquido		970.015	917.008	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2020 incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (outra preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis com uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurada utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxa de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Nível 3. São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o BANCO AFINZ utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo desses instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de Baixa de Liquidez. Não temos ativos e passivos financeiros avaliados ao valor justo que tenham sido classificados nesse nível de hierarquia de valor justo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021. **3.5. Operações de crédito:** As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos decorrentes até as datas dos balanços patrimoniais. As rendas sobre os títulos descontados são apropriadas pro rata dia pelo método linear e as demais rendas de operações de crédito são apropriadas pro rata dia pelo método exponencial. **3.6. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os ramos estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). Com relação ao período de atraso verificados nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 360 (trinta e seis) meses, adota-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H, e eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999. A Resolução BCB 4.966/21, dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) e reformula os conceitos e critérios para a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN. Adicionalmente é demandado às instituições a elaboração de um plano de implementação dos novos requerimentos desta resolução. Essa resolução intenta aproximar as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN às normas internacionais de contabilidade e ter vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. Neste contexto, a Administração da AFINZ iniciou seu plano de adequação e criou como primeiro passo um Processo Transitório original de provisão, que resulta na constituição de reserva (colôcação) complementar de perda acima das atuais fixas previstas pela resolução 2682/2019. **3.7. Operações de venda ou transf. de Ativos Financeiros:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/2008 e alterações posteriores, os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade. A partir de 1º de janeiro de 2012, quando são transferidos ativos financeiros para uma outra entidade, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no Balanço as receitas e despesas decorrentes dessas operações são reconhecidas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente dessas operações; e quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade, os ativos são baixados do Balanço. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro de operação original e o resultado apurado no resumo apropriado ao resultado do período. Em 30 de julho de 2021, foram realizadas operações de transferência de ativos financeiros sem a retenção de riscos, das carteiras de compras à vista e parcelado loja/retirada referente a recebíveis de cartão de crédito junto a AFINZ Instituição de Pagamento S.A., empresa pertencente ao Grupo Afinz no valor de R\$ 464.666. **3.8. Outros Créditos:** Outros créditos no Balanço Patrimonial são compostos substancialmente por: **(i) Depósitos em Garantia:** Refere-se a caução em garantia que asseguram o cumprimento das obrigações, pecuniárias, dispostas em Contrato de Prestação de Serviços de Processamento de Emissão e Outras Avanças, com terceiros, os saldos são atualizados pelo índice do CDI por ocasião dos Balanços; **(ii) Despesas antecipadas:** As despesas pagas antecipadamente estão relacionadas a serviços ou produtos pagos anteriormente aos quais os direitos e benefícios os serviços ocorrerão nos períodos futuros, e o valor é amortizado ao longo do tempo, conforme CPC 47. As despesas antecipadas também compreendem despesas diferidas referentes a custos para origem de operações de cartão de crédito e desenvolvimento de aplicativos (softwares), e está demonstrado ao custo de aquisição líquido da respectiva amortização acumulada, calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano. O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis que possuem vida útil e referem-se basicamente a softwares e licenças ou direitos de uso (nota explicativa 11). A amortização destas intangíveis é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado e é incidente sobre o valor amortizável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando aplicável), a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras despesas administrativas – Amortização. A vida útil e o valor residual desses ativos, quando aplicável, são revisados anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são passíveis de avaliação e seu resultado é estimado pelo método de custo. **3.11. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de impairment).**

5. Títulos e valores mobiliários

	Vencimento	Valor do Custo	31/12/2022	31/12/2021	Marcação a Mercado	Valor do Custo	31/12/2021	Marcação a Mercado
Títulos Livres – Títulos para negociação								
Cotas Fundo de Renda Fixa (*)			-	129	-	8.844	8.844	-
Títulos Públicos Federais - LFT	01/03/2023	1.575	2.032	427	-	-	-	-
Títulos Públicos Federais - LFT	01/09/2023	4.494	5.099	605	16.647	17.060	413	-
Títulos Públicos Federais - LFT	01/09/2028	29.641	30.692	1.051	-	-	-	-
Vinculadas – Títulos disponíveis para venda								
Títulos públicos federais – LFT	01/03/2023	8.187	10.565	2.378	9.762	11.204	1.442	-
Títulos públicos federais – LFT	01/09/2023	13.032	15.096	2.065	-	-	-	-
Títulos públicos federais – LFT	01/03/2024	20.002	26.292	6.290	20.002	23.345	3.343	-
Títulos públicos federais – LFT	01/09/2024	25.005	32.336	7.331	25.005	28.696	3.691	-
Títulos públicos federais – LFT	01/09/2025	27.106	31.004	3.897	5.105	5.415	-	-
Títulos públicos federais – LFT	01/09/2028	33.422	35.541	2.119	-	-	-	-
Total		162.593	188.787	26.194	144.485	155.637	11.152	

6. Operações de Crédito: 6.1. Operações de crédito – Emprestimos/Financiamentos: As informações da carteira de operações de crédito em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são assim resumidas: **a) Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação**

	31/12/2022	31/12/2021
Operação	31/12/2022	31/12/2021
Total	111.888	111.888
Capital de giro	7.654	9.362
Crédito consignado - privado	63.737	30.387
Crédito pessoal	358.656	332.326
Cartão de crédito (saldo financeiro)	-	-
Financiamentos - veículos	-	298
CDI	430.061	372.556
Total	410.107	358.268
Curto prazo	19.954	14.236
Longo prazo	(171.682)	(103.729)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(169.457)	(102.552)
Curto prazo	(2.235)	(1.177)

b) Diversificação da carteira por segmento de mercado

	31/12/2022	31/12/2021		
Valor	%	Valor	%	
Indústria	658	0,18		
Comércio	866	0,23		
Serviços	7.654	1,78	7.828	7,10
Pessoas físicas	422.397	98,22	363.143	97,49
Total	430.061	100,00	372.556	100,00

6.2. Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros: Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios: No Banco, durante o semestre findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas operações de cessão de créditos sem compensação, com o valor de carteira de R\$ 163.259 e com receita auferida no valor de R\$ 18.684 (semestres findos 31/12/2021 - R\$ 15.721, e no exercício de 2022 R\$ 29.391 (exercício 2021 R\$ 21.045). Esse montante refere-se às operações em atraso com mais de 180 dias, substancialmente, de aditivos de cartão de crédito, não tendo valores neste montante com empresas do Grupo, tendo sido transacionadas com empresas não pertencentes ao Grupo.

7. Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito: Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o risco da carteira de clientes estava assim distribuído:

	31/12/2022	31/12/2021				
a) Operações de crédito						
Nível de risco	%	%				
admistração (*)	Total da carteira	Provisão mínima	2.692	Total da carteira	Provisão	
A	3,75%	131.072	(5.039)	0,50%	111.888	(959)
B	3,75%	16.610	(623)	1%	20.491	(206)
C	5,00%	46.940	(2.347)	3%	51.621	(1.553)
D	15,00%	34.248	(1.517)	10%	35.515	(3.651)
E	35,00%	33.871	(11.855)	30%	38.529	(11.588)
F	55,00%	29.856	(16.421)	50%	35.706	(17.853)
G	75,00%	28.776	(21.582)	70%	31.386	(21.970)
H	100,00%	108.688	(108.688)	100%	46.379	(46.379)
Total	430.061	(171.892)	372.556	(103.729)		

(*) Em 2022, a Administração efetuou um estudo e determinou percentuais acima do mínimo da taxa de 2.692, tomando por base suas perdas históricas e projeções para a carteira atual.

1. Contexto operacional O BANCO AFINZ S.A. - BANCO MÚLTIPLO ("Instituição"), iniciou suas atividades em 02 de maio de 2020. Em 27 de abril de 2010, foi recebida a aprovação do Banco Central do Brasil (Bacen) para transformação em instituição financeira, cujas atividades neste novo formato iniciaram em 1º de junho de 2010, sendo o objeto a realização de operações de crédito, financiamento e investimento, bem como, a prática de todas as operações permitidas às instituições financeiras de sua natureza. Em 16 de março de 2021 recebemos a autorização pelo Banco Central do Brasil para iniciar nossas operações como banco múltiplo com carteira comercial. O BANCO AFINZ S.A. - BANCO MÚLTIPLO possui terceirização de processos e fluxos compartilhados correspondentes a serviços de promotoria, BackOffice, formalização das operações de crédito e cartões, custos compartilhados de serviços de RH e Jurídico com o Alphameio, bem como serviços de suporte técnico de informática com a S@met e serviços de cobrança com a Holding Afiz. Os resultados apresentados pela Companhia estão alinhados com o seu planejamento de longo prazo e são oriundos da reestruturação do modelo de negócios e da fase de investimento para a operacionalização do Banco Múltiplo. Pode-se destacar o alto volume investido nas seguintes frentes de atuação: implantação do core bancário, pessoal qualificado e investimentos em tecnologia, como os principais. O plano da administração, em andamento prevê a estabilização de seus margens no próximo exercício, baseados nos esforços dedicados ao longo desse ano na melhoria da qualidade de sua carteira de crédito, digitalização do negócio, novos e produtos, serviços e ofertas e principalmente a consolidação de grandes parcerias que alavancam o crescimento com custos menores de aquisição de clientes. No ano de 2023, grande parte dos investimentos já foram realizados e o negócio está pronto para escalar e reabilitar a operação. A construção da plataforma tecnológica digital nos últimos três anos permitiu, atualmente, a integração com outros ecossistemas e parceiros estratégicos com nichos a serem explorados e organizados pela constituição de Joint Ventures e contratos de alianças estratégicas, cujo modelo de negócios permite auferir receita e impulsionar o crescimento sustentável e expansão orgânica, com amplo portfólio de produtos e serviços customizados, fundamentado em escala com qualidade, estrutura enxuta e baixos Custos de Aquisição de Cliente ("CAC"). Para o próximo ano a companhia tem em seu planejamento o cronograma de aporte de capital no valor de R\$ 20 milhões, esse ocorreu no mês de abril 2023. Por este cenário de consolidação do negócio junto ao mercado, a Companhia entende que os resultados serão percebidos no crescimento do aumento dos níveis das operações, na melhoria nos indicadores operacionais implementados e na obtenção de fluxos de caixa positivos nos próximos períodos, com base em suas projeções realizadas com premissas gerenciais confiáveis, coerente com as informações contábeis, financeiras, gerenciais e orientamentos, bem como, apresentar lucro tributável que permita realização dos seus créditos tributários.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base em requerimentos das normas contábeis em 30 de junho de 2020, as quais foram em consideração as alterações contidas na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976, alteradas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, e a partir de 1º de julho de 2010, as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen). A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabeleceram os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular BACEN nº 3.959/2019, e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidência em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes. Em aderência ao processo de convergência com a normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados aos processos de Convergência contábil internacional, aprovados pela CMN, porém nem todos aprovados pelo BACEN. Desse forma a Instituição, na elaboração das Demonstrações Financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

Pronciamento	Resolução
CP0 00 (R2) - Estrutura conceitual para elaboração do relatório contábil-financeiro	4.924/21
CP0 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos	4.924/21
CP0 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras	4.524/16
CP0 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa	4.818/20
CP0 04 (R1) - Ativo Intangível	4.534/16
CP0 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas	4.818/21
CP0 06 (R1) - Pagamento de ações	3.959/11
CP0 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	4.924/21
CP0 24 - Eventos subsequentes	4.818/20
CP0 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	3.823/09
CP0 27 - Ativo imobilizado	4.535/16
CP0 33 (R1) - Benefícios e empregados	4.877/20
CP0 41 - Resultado por ação	4.818/20
CP0 46 - Mensuração do valor justo	4.924/21
CP0 47 - Receita de Contrato com Cliente	4.924/21

2.1. Normas contábeis emitidas recentemente aplicáveis em 2022 e em exercícios futuros: Os seguintes normativos entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022: I - Em junho de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.924, que trata sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis. A Resolução entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2022. A Administração já adota o procedimento estabelecido. II - Em setembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN 4.943 com alterações na Resolução CMN 4.557,

Banco Afiz S.A. – Banco Múltiplo - CNPJ/ME nº 04.814.563/0001-74 - NIRE nº 35300380363

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

...continuação

c) Composição por segmento de mercado

Segmentos	31/12/2022		31/12/2021	
	Depósitos a prazo DPGE/RDB/CDB cambiais	Acetes Total	Depósitos a prazo DPGE/RDB/CDB cambiais	Acetes Total
Entidades ligadas – PF	1.292	-	1.292	3.779
Entidades ligadas – PJ	16.294	-	16.294	11.061
Pessoas físicas	46.664	787	47.451	46.173
Pessoas jurídicas	753.654	33.559	787.213	750.218
Total	817.904	34.346	852.250	811.231

d) Concentração por depositante

Concentração	31/12/2022		31/12/2021	
	Depósitos a prazo DPGE/RDB/CDB cambiais	Acetes Total	Depósitos a prazo DPGE/RDB/CDB cambiais	Acetes Total
10 maiores	728.602	34.193	762.795	692.453
50 seguintes maiores	50.266	153	50.419	79.257
100 seguintes maiores	25.070	-	25.070	25.094
Demais seguintes maiores	13.966	-	13.966	14.427
Total	817.904	34.346	852.250	811.231

e) Letras Financeiras Subordinadas

Segmentos	31/12/2022		31/12/2021	
	Depósitos LF	Taxa Total	Depósitos LF	Taxa Total
Entidades ligadas – PF	642	130 % Selic	642	552
Entidades ligadas – PJ	3.972	140 % Selic	3.972	3.372
Pessoas físicas	303	125 % Selic	303	302
Pessoas jurídicas	395	130 % Selic	395	375
Total	5.312	130 % Selic	5.312	4.601

f) Outros Depósitos – Conta de pagamento pré-paga

Saldo de Livre Movimentação – depósitos a vista	31/12/2022		31/12/2021	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Total	67	-	67	-
Valores a Repassar SIP	241	-	241	-
Total	308	-	308	-

g) Convenções a Pagar - SIP

Convenções a Pagar - SIP (i)	31/12/2022		31/12/2021	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Total	67	-	67	-
Valores a Repassar SIP	241	-	241	-
Total	308	-	308	-

(i) Convenções a Pagar - SIP correspondem aos valores referentes às transações de cartões de crédito de clientes a serem pagas para a AFINZ Instituição de Pagamentos para liquidação junto aos lojistas;

14. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	31/12/2022		31/12/2021	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições a recolher	169	377	169	377
Total	2.190	1.780	2.190	1.780
Total	2.359	2.177	2.359	2.177

b) Provisão para Contingências: Durante o curso normal de seus negócios, a Instituição está exposta a certas contingências e certos riscos. A provisão para contingências é estabelecida por valores atualizados, para questões civis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as contingências provisionadas estão relacionadas aos processos civis, e não demonstrados a seguir.

Descrição

31/12/2022	31/12/2021
2.913	2.935
1.006	926
1.907	2.009
496	341
3.409	3.276

A movimentação da provisão para demandas judiciais no balanço patrimonial e o seu correspondente efeito no resultado do período, pode ser assim demonstrada:

31/12/2022	31/12/2021
3.276	674
132	2.602
3.408	3.276

c) Diversas

Valores a Repassar – Fintech	31/12/2022		31/12/2021	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para pagamentos a efetuar	1.329	745	1.329	745
Transação Saldo Credor Visa	1.914	1.743	1.914	1.743
Prestadores de Serviços	3.419	3.324	3.419	3.324
Outras	2.790	4.496	2.790	4.496
Total	11.392	12.709	11.392	12.709

15. Patrimônio líquido a Capital Social: No 2º semestre de 2022, houve um aumento de capital no montante de R\$ 35.000, cujo o capital social era de R\$ 152.514 e passou a ser de R\$ 187.514, representado por 187.514.853 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Esse aumento de capital foi deliberado por meio de ata de reunião do 30/09/2022, sendo a origem do recurso advinda da AFINZ INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. **d) Destinações:** O estatuto social prevê que do lucro líquido apurado em cada balanço serão destinados: • 5% para o fundo de reserva legal até atingir 20% do capital social; • 25% para dividendos aos acionistas por determinação dos seus acionistas. **c) Dividendos:** Em 2022, não foram distribuídos dividendos e os que foram antecipados foram revertidos e estão reembolsados.

16. Receita de operações com títulos e valores mobiliários

Rendas de títulos e valores mobiliários	2022		2021	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5.478	16.630	3.517	10.070
Total	17.362	30.465	11.070	11.070

17. Receitas de prestação de serviços

Operação de Crédito – SIP	2022		2021	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Tarifas de Serviços Prestados	13.567	29.379	-	-
Rendas de cadastro	10.325	22.670	-	-
Tarifas de cadastro	4.706	9.161	8.822	-
Tarifas de administração de afiliados	2.457	3.728	4.512	-
Comissão de venda de seguros	3	3	8.650	-
Anuidade cartão de crédito*	-	-	1.051	3.256
Tarifa limite extra	-	-	-	42.147
Diversas	300	616	1.563	-
Total	31.358	66.608	27.363	55.033

(*) As receitas de anuidades foram auferidas até 31/07/2021. A partir de 08/2021 estas receitas não são mais auferidas pelo Banco AFINZ em decorrência da cessação de créditos sem cobrança, das cartéiras de compras à vista e parcelado lojista referente a recebíveis de cartão de crédito para a AFINZ Instituição de Pagamento S.A., empresa pertencente ao Grupo Afiz.

18. Outras despesas administrativas

Serviços de terceiros	2022		2021	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Processamento de dados	(6.606)	(36.152)	(59.269)	-
Serviços especializados	(5.354)	(9.602)	(9.951)	-
Comunicações	(2.491)	(4.945)	(16.090)	-
Serviços de sistema financeiro	(2.152)	(3.889)	(5.179)	-
Promoções e relações públicas	(442)	(824)	(932)	-
Aluguéis	(259)	(429)	(641)	-
Água e energia	(77)	(162)	(571)	-
Manutenção e conservação de bens	(7)	(16)	(19)	-
Transportes	(6)	(15)	(43)	-
Seguros	(4)	(28)	(37)	-
Outras provisões	(119)	(319)	(1.174)	-
Total	(27.516)	(56.381)	(94.447)	-

19. Despesas tributárias

Cofins	2022		2021	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Tributos federais e ISON	(6.462)	(14.610)	(14.365)	-
PIS	(1.584)	(3.445)	(7.039)	-
Tributos estaduais	(1.050)	(2.374)	(2.334)	-
Tributos municipais	-	(2)	(11)	-
Total	(9.098)	(20.434)	(23.763)	-

20. Outras receitas operacionais

Recuperação de encargos e despesas	2022		2021	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Reversão de provisões - outras	18.424	18.751	-	-
Descontos de antecipação (a)	2.601	3.327	1.134	-
Juros Selic sobre Imposto a Compensar	2.579	6.355	14.867	-
Outros Rendimentos	-	-	703	-
Recuperação/Reversão de despesas operacionais	-	-	216	-
Diversas	227	446	299	-
Total	23.834	29.611	20.093	-

(a) Descontos financiados pelo emissor referentes a deságio quando ocorre a solicitação de antecipação dos recebíveis por parte dos lojistas.

21. Outras despesas operacionais

Descontos concedidos	2022		2021	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Reembolsos Tarifa PEC	(17.274)	(30.979)	(13.303)	-
Comissões/correspondentes	(4.907)	(4.907)	-	-
Despesas bancárias - SPB	(4.100)	(10.862)	(22.553)	-
Despesas com Processos	(2.859)	(3.358)	(3.648)	-
Perdas contingentes - trabalhistas/judiciais	(1.791)	(2.967)	(1.018)	-
Outros Gastos com Diretores	(1.206)	(2.778)	(2.533)	-
Despesas TEM ADM	(583)	(949)	(376)	-
Propaganda e Publicidade	(488)	(488)	-	-
Outras Provisões	(469)	(650)	-	-

22. Imposto de renda e contribuição social

Tribuição social sobre o lucro líquido com efeito no resultado do período, considerando as principais movimentações ocorridas pode ser assim demonstrada:	2022		2021	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Comissão Fiança	(143)	(268)	(126)	-
Depreciação e amortização	(121)	(242)	(243)	-
Fee Collection - VISA	(88)	(88)	(531)	-
Viagens e estadias	(4)	(14)	(84)	-
Perdas decorrentes de fraude	-	(34)	(4.552)	-
Multas aplicadas pelo Banco Central	-	-	(910)	-
Despesas outras provisões	-	-	(1.125)	-
Diversas	(3.688)	(596)	(2.371)	-
Total	(34.886)	(159.163)	(153.416)	-

a) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro

Resultado antes do IRPJ e da CSLL e Juros sobre Capital Próprio.	31/12/2022		31/12/2021	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Participações de Empregados nos Resultados	0	0	0	0
Juros Sobre Capital Próprio	0	0	0	0
Total	(102.160)	(87.831)	(102.160)	(87.831)

Resultado antes da tributação sobre o lucro ajustado.

Adições/(exclusões) ao lucro líquido	31/12/2022		31/12/2021	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	68.965	65.362	68.965	65.362
Provisão para Contingências	241	241	241	241
Provisão para desvalorização de bens	25	1102	25	1102
Outras Provisões Temporárias	355	(896)	355	(896)
Outras despesas não dedutíveis	0	2.231	0	2.231
Permanentes/Outras	1.264	(799)	1.264	(799)
Total	(31.575)	620	(31.575)	620

Base de Cálculo do IRPJ e da CSLL antes comp. prejuízo

Compensação de prejuízo fiscal ou base negativa	31/12/2022		31/12/2021	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Total	(31.575)	620	(31.575)	620

Base de Cálculo do IRPJ e da CSLL

Incentivo Pat	31/12/2022		31/12/2021	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas vigentes	0	(3)	0	(3)
Constituição/reversão crédito tributário s/ diferenças temporárias PCLD	31.267	39.158	31.267	39.158
Realização, Constituição e/ou Provisão crédito tributário sobre prejuízo fiscal	14.731	(84)	14.731	(84)
Realização de cred. tributário períodos anteriores	4	4.363	4	4.363
Outras	146	-	146	-
Provisão / Reversão de Crédito Tributário sobre Prejuízo Fiscal*	0	0	0	0
Total	46.145	43.289	46.145	43.289

Despesa/receita do IRPJ e da CSLL do período

IRPJ e CSLL diferidos sobre adições e exclusões temporárias e Prejuízo Fiscal: Os créditos Tributários oriundos de diferenças temporárias e prejuízo fiscal, assim como as obrigações fiscais diferidas, foram constituídos com base nos critérios estabelecidos pela Resolução Bacen nº 4.842/20, cujo reconhecimento deve atender de forma cumulativa, as seguintes condições: (i) haja expectativa de geração de lucros ou de receitas tributáveis futuros para o fim do período de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco períodos sociais, incluindo o período em referência.	31/12/2022		31/12/2021	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Total	46.145	43.289	46.145	43.289

c) Origem dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

Créditos tributários	30/06/2022		31/12/2022	
	30/06/2022	31/12/2022	30/06/2022	31/12/2022
Prov. de Perdas em Operações de Crédito	82.090	121.201	(104.236)	99.055
Provisões para Contingências	1.972	-	(680)	1.293
Prejuízo Fiscal e Base Negativa IRPJ/CSLL	-	24.041	-	24.041
Outras Adições Temporárias	185	169	-	354
Total dos créditos tributários	84.247	145.411	(104.916)	124.742

(*) Conforme explanado na nota destacada no quadro "a".

d) Previsão de realização dos créditos tributários:

Prazo de realização	2022		2021	
	2022	2021	2021	2020
Imposto de renda	54.970	44.209	54.970	44.209
Contribuição social	1.844	1.549	1.844	1.549
Total	2.940	2.470	2.940	2.470
Outras Adições Temporárias	4.156	3.491	4.156	3.491
Total	4.971	4.142	4.971	4.142
Total	68.882	58.861	68.882	